



## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS E AS DISPUTAS IDEOLÓGICAS EM MANUAIS ESCOLARES DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO (1930-1950)

Elizandra Cristina Rodrigues da Silva<sup>1</sup>  
Cristiano das Neves Bodart<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo apresenta uma pesquisa histórica, exploratória e descritiva na busca por evidenciar de que maneira a Sociologia da Educação, de vertente católica e laica, esteve presente no contexto de formação de professores do ensino primário entre os anos de 1930 a 1950 e, conseqüentemente, como influenciou no projeto de Educação para o país. Para tanto, foram realizadas análises de manuais escolares de Sociologia da Educação, currículos escolares e parte da legislação educacional do período de 1930 a 1950. Dentre os achados, destacamos os discursos presentes no interior dos currículos das Escolas Normais e dos cursos de Pedagogia, o que se concretizou por meio dos manuais escolares de Sociologia da Educação, nos quais identifica-se disputas ideológicas de duas *intelligentsia* da época: intelectuais católicos e intelectuais laicos.

**Palavras-chave:** Educação. Formação de Professores. Manuais escolares. Sociologia da Educação.

### PRIMARY TEACHER TRAINING AND IDEOLOGICAL DISPUTES IN SCHOOLS OF EDUCATION SOCIOLOGY (1930-1950)

### Abstract

This paper conducts a historical, exploratory and descriptive research in order to show how the Catholic and secular Sociology of Education was present in the context of the formation of primary school teachers from 1930 to 1950 and, consequently, influencing in the Education for the country project. To this end, analyzes were made of educational sociology textbooks, school curricula and part of the educational legislation from 1930 to 1950. Among the findings, we highlight the speeches present within the curricula of the Normal Schools and the Pedagogy courses. This materialized through the textbooks of Sociology of Education, which identifies the ideological disputes of two *intelligentsia* of the time: Catholic intellectuals and secular intellectuals.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do Grupo de Pesquisa sobre o ensino dos conhecimentos das Ciências Sociais (ConsCiências Sociais-UFAL). E-mail: [elizandra.rodrigues2@gmail.com](mailto:elizandra.rodrigues2@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Líder do Grupo de Pesquisa sobre o ensino dos conhecimentos das Ciências Sociais (ConsCiências Sociais-UFAL). E-mail: [cristianobodart@hotmail.com](mailto:cristianobodart@hotmail.com)

**Keywords:** Education. Teacher training. School manuals. Sociology of Education.

## INTRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O surgimento dos primeiros cursos de Pedagogia esteve envolvido em um contexto de disputas políticas, especialmente em torno de “projetos” educacionais para o país, fato destacado em outras pesquisas que se debruçaram sobre as legislações e políticas educacionais da qual, tais como os trabalhos de Sokolowski (2013), Oliveira, (2013) e Saviani (2011). Entre as décadas de 1930 a 1950, além do sistema de educação pública brasileira ter sofrido mudanças em detrimento da reformulação do plano econômico estrutural nacional que objetivava alcançar o modelo capitalista de produção (CIGALES, 2014), havia se deflagrado uma disputa – entre intelectuais católicos e escolanovistas – pela definição do projeto para a educação formal brasileira. Tal disputa se manifestou de diversas formas, inclusive nos currículos do Ensino Básico e Superior e nos conteúdos que os constituíam. Por isso, observar o currículo e os conteúdos das disciplinas pode ser um caminho frutífero para melhor entender os embates ideológicos da época.

O cenário de mudanças do Estado Novo, instituído por Vargas, evidencia a ciência como o caminho para a modernização, sendo a Educação ponto de partida. Nesse contexto, as disputas entre os intelectuais (católicos e laicos) se faz evidente, inclusive na produção de manuais escolares, visto que esses em alguma medida definiam conteúdos e abordagens que seriam transmitidos à população jovem. Nesse sentido observamos a presença de grupos que aqui denominamos de *intelligentsia*, conceito adotado por Mannheim que combina a formação da geração de intérpretes que articulam campo, agenda do debate, e a ação política dos intelectuais, reverberando teses e interpretações do mundo social como ideologia.

No presente texto, as expressões “Sociologia Laica e Sociologia Católica” são utilizadas segundo as perspectivas ideológicas dos intelectuais da época e que ficam evidenciados na produção dos livros. Na primeira tem-se uma ideia de educação reformadora e, na segunda, enxerga a educação brasileira sob uma ótica cristã (BODART, SOUZA, 2019).

No interior do curso de Pedagogia, já na sua gênese, estava presente uma disciplina voltada à análise educacional e indicações do tipo de educação a ser desenvolvida no Brasil. Referimo-nos à disciplina de Sociologia da Educação. Para a ministração desta, já se encontravam publicados no Brasil alguns manuais escolares de Sociologia da Educação (ou Sociologia Educacional) produzidos por intelectuais católicos e escolanovistas, reverberando a disputa pela definição do modelo educacional que desejavam desenvolver no Brasil.

Frente ao cenário de litígio que envolveu os primeiros cursos de Pedagogia no Brasil e a presença da Sociologia Educacional em seu currículo, busca-se aqui compreender de quais forma as Sociologias (católica e laica) se inseriam nessa disputa e seus prováveis impactos sobre a formação de professores. Para tanto, tomamos como objeto de análise os manuais escolares de Sociologia da Educação voltados para os cursos de Pedagogia e Escolas Normais publicados entre 1932 e 1950, período que abarca o movimento escolanovista, a reação católica e criação dos primeiros cursos de Pedagogia implementados no Brasil. Buscamos, também, demonstrar de que forma as Sociologias (católica e laica) tentaram se fazer presentes na formação de professores, visto que, retomando a História da Sociologia no Brasil, observamos que sua trajetória se inicia no final do século XIX em escolas normais, responsáveis pela formação de professoras que atuavam no ensino primário.

Em síntese, o artigo tem por objetivo central explorar as disputas ideológicas presentes no contexto de formação dos(as) primeiros(as) pedagogos(as) brasileiros(as). Para tanto, o trabalho busca evidenciar, através da análise dos manuais escolares de Sociologia Educacional, de vertentes católica e laica, a tentativa dessas correntes de influenciar a formação dos professores primários por meio do material didático.

A importância deste trabalho está em: i) apresentar uma análise exploratória dos currículos e as relações entre as Sociologias Educacionais (laica e católica) e a formação de professores, especialmente nos cursos de Pedagogia; ii) desvelar as disputas educacionais presente no interior das Ciências que compunham o currículo formativo do pedagogo e; iii) evidenciar as relações entre Sociologia Educacional e formação de professores na primeira metade do século XX.

Quanto a base teórica, partimos da chave interpretativa de Karl Mannheim (1982), de que os intelectuais são portadores de diferentes ideologias. Conforme afirma Mannheim (1982), os intelectuais após a apreensão da realidade social, o que se dá na dimensão interna do sujeito, passa a disputar pela legitimidade de suas interpretações do mundo social – o que chama de ideologias - fenômeno que caracteriza a dimensão externa da trajetória pela qual transitam para legitimar o seu pensamento. Assim, materiais didáticos trazem em si projetos ideológicos de intelectuais que disputam pelo direcionamento da educação e, conseqüentemente, do comportamento e olhar da sociedade.

Por ideologia Mannheim (1972) compreende como sendo onde os acontecimentos sociais não devem ser analisados de forma isolada, mas sim como um conjunto de fatos relacionados entre si. Mannheim em sua obra *Ideologie und Utopie* destaca que a ideologia e a utopia fazem parte das diversas “motivações coletivas inconscientes” (MAZUCATO, 2013, p. 191) que acabam por interferir na forma como os sujeitos se comportam em suas realidades sociais. Para tanto,

Mannheim traz, em sua teoria, a ideia de que existem dois tipos de ideologia: particular e total. Ambas estão relacionadas com o posicionamento dos sujeitos e podem fundamentar a análise de um conjunto de estruturas presentes em uma sociedade, mas no primeiro caso o sujeito se comporta enquanto indivíduo particular e no segundo enquanto grupo (*ibidem*).

Para Mannheim (1972), ao contrário do pensamento marxista<sup>3</sup>, todos os grupos são portadores de seus sistemas de crenças – suas próprias ideologias – e esses que sobrepõem aos outros, embora não se tratando de sobreposição definitiva, antes estando em constante disputa dentro do processo dialético histórico. É justamente a partir dessa compreensão que exploramos eventos dos anos entre 1930 e 1950 marcados por disputas ideológicas entre dois grupos sociais: a *intelligentsia* Católica e a *intelligentsia* Laica.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se enquadra como histórica, exploratória e descritiva. Apoiar-se em uma breve revisão de literatura e na análise documental. Os documentos analisados foram os currículos escolares, as legislações e todos os manuais escolares de Sociologia da Educação que temos notícias de terem sido publicados entre 1930 a 1950. Consideramos os manuais escolares enquanto artefatos historiográficos (MAGALHÃES, 1999), tomando-os como objeto de estudo para compreensão do currículo do curso de Pedagogia entre os anos de 1931 e 1950, sendo observado em seu interior seus objetivos, conteúdos, metodologias, bases teóricas, discursos e recursos dessas obras.

O recorte temporal foi adotado por envolver a data de criação do primeiro curso superior de Pedagogia e o período de maior conflito de ideias entre católicos e escolanovistas. Salienta-se que as legislações, sendo documentos oficiais nacionais, adentram este trabalho como forma de substanciar a compreensão da disputa presente no interior do campo educacional e, em particular, nos cursos superiores de Pedagogia. As obras são apresentadas no quadro 1.

**Quadro 1- Corpus da pesquisa**

Livro	Autor	Editora	Ano de publicação	Vínculo
Lições de Sociologia Educacional	Aquiles Archêro Junior	Edições e Publicações Brasil Editôra S. A	1936	Sociologia Laica
Sociologia Educacional	Fernando de Azevedo	Companhia Editora Nacional	1940	Sociologia Laica
Noções de Sociologia Educacional	Theobaldo Miranda Santos	Companhia Editora Nacional	1947	Sociologia Católica
Elementos de Sociologia Educacional	Delgado de Carvalho	Companhia Editora Nacional	1950	Sociologia Laica

**Fonte:** Elaboração própria.

<sup>3</sup> Na perspectiva marxista a ideologia, grosso modo, está associada a produções de falsas ideias de um grupo dominante que são transmitidas a outros grupos dominados com o objetivo de manter tal dominação.

As obras expostas no quadro 1 estão datadas conforme o ano da sua primeira publicação, no entanto, ressaltamos que, pela falta de acesso físico a estes livros, algumas das análises precisaram ser realizadas com publicações de edições posteriores. As informações estarão contidas nas análises dos livros conforme as seções a elas dedicadas. Em anexo (anexo 3) é apresentado, para situar os leitores menos familiarizados com os autores dos manuais escolares aqui analisados, uma breve biografia dos autores.

O artigo está organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais, sendo elas: i) o contexto de criação dos primeiros cursos de Pedagogia no Brasil; ii) a presença da Sociologia nos cursos de formação de professores; iii) análise da presença das Sociologias da Educação (laica e católica) na formação de professores entre as décadas de 1930 e 1950.

## 1 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DOS PRIMEIROS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NO BRASIL

Havia, na primeira metade do século XX, uma preocupação por parte da elite intelectual e política com o atraso econômico e tecnológico do Brasil, surgindo várias perspectivas acerca dos possíveis caminhos para superação do retardamento da “modernização”, dentre as quais destacava-se a Educação (GUMIEIRO; ZAMBELO, 2017). Assim sendo, passou a tomar corpo o surgimento de propostas para os rumos da educação, destacando-se as propostas das Escolas Nacionalistas, Católicas e Nova (CIGALES, 2014).

Esse período político da história do século XX contou com dois momentos que se destacam: o primeiro, referente à superação de um modelo agrário-exportador para o alcance do modelo industrial-urbano (BITTAR; BITTAR, 2012) e; o segundo, alusivo às disputas entre os dois projetos de nação propostos pelos católicos e escolanovistas, os quais influenciaram diretamente nas propostas para a os rumos da educação<sup>4</sup>. De um lado, estava a Igreja Católica, desejosa em manter intacta sua hegemonia historicamente construída e, no outro extremo, os setores liberais e os de esquerda, que aderiram às ideias da Escola Nova com a proposta de uma escola pública de acesso e qualidade comum a todos (BITTAR; BITTAR, 2012). Assim, tínhamos dois grupos de intelectuais disputando – no termos de Mannheim (1972) – pela legitimidade de suas ideologias.

A formação de professores nas Escolas Normais teve, já no final do século XIX, dentre os seus interesses, o objetivo de expandir o ideário republicano em contrapartida ao regime imperial

---

<sup>4</sup> Outros movimentos tiveram destaque na primeira metade do século XX, contudo, nos atemos aos movimento de reação católica e escolanvista.

(SCHEIBE; VALLE, 2007 *apud*. NÓBREGA, 2002), o que induzia as Escolas Normais a formar professores voltados à disseminar uma nova visão de mundo que se aproximasse ao máximo do ideário positivista. A formação de professores nesse período não possuía uma base comum nacional até o advento do Estado Novo, durante o governo de Vargas (1935-1945), o que dificultou, em grande medida, a divulgação do ideal positivista (NÓBREGA, 2002). Contudo, o positivismo e os ideais que germinavam em torno de uma proposta de uma escola laica e pública não ficaram livre de oposição da *intelligentsia* Católica.

De forma estratégica, entre 1929 e 1932, a Igreja Católica ocupou a direção da Associação Brasileira de Educação a (ABE<sup>5</sup>), utilizando a entidade como meio de apresentar sua proposta de Educação ao governo, visto que compreendiam ser as escolas espaços estratégicos de atuação para reprodução de suas interpretações do mundo físico e espiritual. Diante do movimento de ressignificação nacional, via propostas modernizantes, a Igreja, como contraproposta, trouxe ao país as ideias da Sociologia Cristã (ou Católica) (GUMIERO; ZAMBELO, 2017), que tinha como princípio norteador o ensino pautado na obediência através da educação religiosa (MEUCCI, 2001).

Em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros, houve a consolidação do que ficou conhecido como Escola Nova. Esta tinha como eixo repensar as relações existentes entre o aluno e professor, visando uma educação democratizada, gratuita e fundamentada nas necessidades individuais.

Desprendendo-se dos interesses de classe, a quem ela tem servido, a educação [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume [...] a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação (AZEVEDO *et al*, 1932, s/p).

Importa considerarmos que entre o final do século XIX até a década de 1930, os professores que atuavam no ensino primário eram formados pelas Escolas Normais (SOKOLOWSKI, 2013). Foi a partir das primeiras décadas do século XX que o cenário de formação de professores no Brasil, até então composto pelas Escolas Normais, começou a ser substituído pelos Institutos de Educação que, posteriormente, foram elevados a nível superior (SAVIANI, 2009). Assim sendo, somente em 1931 surgiu o primeiro curso superior para formação de professores.

---

<sup>5</sup> Criada em 16 de outubro de 1924, a Associação Brasileira de Educação reunia intelectuais, empresários, políticos, profissionais liberais e artistas, que realizaram esforços em ampliar o debate sobre a identidade educacional do país e a promover campanhas em prol da instrução pública. O grupo que a constituía não era homogêneo, seus princípios filosóficos e ideais políticos nem sempre eram afins (SOUZA, 2018, p. 62).

Para fazer referência aos primeiros cursos superiores em Pedagogia, é importante realizar uma retrospectiva no que se refere à reforma educacional da instrução pública do estado de São Paulo, ocorrida em 1890, que estabeleceu que as Escolas Normais, além da expansão das disciplinas que compunham o currículo do curso, contaria também com a proposta das escolas modelos anexas às Escolas Normais (SAVIANI, 2009). Segundo Saviani (2009), tal modelo teve sucesso na cidade de São Paulo e foi expandido para as principais cidades do interior de São Paulo. Com a popularização, a prática realizada nas Escolas Normais de São Paulo serviu de referência para todo país. Apesar do sucesso, o modelo de ensino prevaleceu somente até 1932, quando promulgado o Decreto n. 3.810<sup>6</sup>, de 19 de março daquele ano.

A partir daí a Escola Normal converteu-se em “Escola de Professores” que, em seu currículo, passou a contar com as seguintes disciplinas:

1) biologia educacional; 2) **sociologia educacional**; 3) psicologia educacional; 4) história da educação; 5) introdução ao ensino, contemplando três aspectos: a) princípios e técnicas; b) matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; c) prática de ensino, realizada mediante a observação, a experimentação e a participação. Como suporte ao caráter prático do processo formativo, a Escola de Professores contava com uma estrutura de apoio que envolvia: a) Jardim de Infância, Escola Primária e Escola Secundária, que funcionavam como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino; b) Instituto de Pesquisas Educacionais; c) Biblioteca Central de Educação; d) Bibliotecas escolares; e) Filmoteca; f) Museus Escolares; g) Radiodifusão (SAVIANI, 2011, p. 6. Grifo nosso).

Os Cursos de Formação de Professores de todo o país foram reformulados a partir do Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, que regulamentou o currículo na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Sendo esta uma faculdade referência, o modelo logo se expandiu por todo o país e também foi adotado na organização do currículo dos Cursos de Licenciatura e Pedagogia (SAVIANI, 2011). No anexo 1 destacamos as Universidades que foram palco dos primeiros cursos de Pedagogia no Brasil.

Apesar da criação do primeiro curso de Pedagogia ter ocorrido em 1931 (e-MEC, 2019), a regulamentação para a sua padronização só ocorreu em 1935 (BRITO, 2006), quando houve a incorporação da Escola de Professores à Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Em 1950 já havia no Brasil, ao menos, 16 cursos de Pedagogia oficializados junto ao Governo brasileiro.

---

<sup>6</sup> Com a reforma instituída pelo Decreto 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira se propõe a erradicar aquilo que ele considerava como o “vício de constituição” das escolas normais que, “pretendendo ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de 5 cultura profissional, falhavam lamentavelmente nos dois objetivos” (VIDAL, 2001, p.79- 80).

## 2 A PRESENÇA DA SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Diante dos estudos realizados que tratam sobre os primeiros cursos de Pedagogia no Brasil é comum notarmos que a literatura especializada aponta as Escolas Normais, existentes desde 1822, como as primeiras Instituições de Ensino implantadas no Brasil para a formação de professores, e que, apesar das modificações nos currículos e mesmo diante da criação dos cursos de Licenciatura e Pedagogia, essas permaneceram no Brasil até meados dos anos de 1950 (SCHEIBER; VALLE, 2007), embora o curso normal tenha sido ofertado até os anos 2000, ainda que com outras nomenclaturas, tais como magistério. Nesse contexto observamos a presença da Sociologia nos cursos normais já na última década do século XIX, normalmente imbricada com a moral e os direitos pátrios (normalmente denominada Sociologia, moral, noções de economia política e direito pátrio) (CIGALES, 2014). Podemos citar a presença dos estudos sociológicos nas escolas Normais de Sergipe, do Amazonas e do Paraná na última década do século XIX. Posteriormente os encontramos na Escola Normal do Distrito Federal (1928), no Colégio Pedro II (1929), em instituições similares em São Paulo, nas Escolas Normais de Curitiba, na Escola de Sociologia e Política (1933) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934) (CAVAZOTTI, 2010).

A partir da Reforma de Capanema<sup>7</sup> é possível compreender que a proposta do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, tinha relação com a divisão econômico-social do trabalho. Diante disso, a educação deveria estar de acordo com as demandas da sociedade moderna. Além disso, a proposta de Capanema tinha um aspecto importante de se observar: a educação deveria sofrer cada vez mais influência dos interesses do governo, visando ascensão de uma cultura nacional (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984).

Não podemos deixar de ressaltar que a *intelligentsia* católica teve grande influência no contexto de formação de professores, sendo uma das responsáveis pela fundação das primeiras escolas privadas do país, nas quais o Estado tinha papel fiscalizador e regulamentador (CIGALES, 2014). Cabe notar que a presença da Sociologia nos cursos de formação de professores não representava necessariamente uma abordagem positivista, inicialmente defendida por aqueles que propuseram sua presença no currículo escolar. A *intelligentsia* Católica teve forte presença, com suas

---

<sup>7</sup> “Nome da reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Essa reforma, de 1942, foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantado sob a ditadura conhecida como “Estado Novo” (MENEZES, 2001, s/p). Disponível em: < <https://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

ideologias, no interior da própria disciplina, como evidenciado por Bodart (2015) e Bodart e Marchiori (2015) ao observar os conteúdos de sociologia em uma Escola Normal no interior do Espírito Santo. Outra evidência dessa tentativa de manter sua influência sobre os processos formativos são os manuais de Sociologia e Sociologia Educacional de vertente católica publicados ou traduzidos para o português a partir de 1926.

Esse cenário começa a ser modificado em 1930, após o fim da República Velha, no qual,

[...] os grupos mais fortes – com maior capital social, econômico e cultural – conseguiram colocar suas pautas e suas reivindicações no campo educacional. Nesse sentido, alguns acontecimentos marcaram esse período, como a saída dos intelectuais católicos da Associação Brasileira de Educação (ABE) após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, do grupo dos Renovadores, cujo expoente foi Fernando de Azevedo. Dentre as pautas, defendiam-se a laicidade e a gratuidade de uma educação eminentemente pública, o que provocou um conflito entre os dois grupos (CIGALES, 2014, p. 15).

As mudanças ocorridas deram-se também por conta do Decreto-Lei n. 1.190 de 04 de abril de 1939<sup>8</sup>, que reorganizou a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. A criação do curso em Pedagogia não significou um rompimento da presença da Sociologia na formação de professores, como podemos observar no Capítulo III do Decreto-Lei nº 1190, de 1939, em seu artigo 19, que normatizava o currículo do curso (ver anexo 2). É possível constatar, através desse Decreto-Lei, que a Sociologia possuía centralidade no currículo, estando presente no primeiro, no segundo e no quarto ano, sendo tida como importante na formação de técnicos educacionais e professores do ensino primário. O curso de Pedagogia em sua etapa inicial (nos três primeiros anos) tinha por objetivo formar “técnicos em Educação”, geralmente visando uma formação superior para professores já experientes que desejavam assumir cargos de funções administrativas dentro dos âmbitos educacionais, podendo os alunos obterem a licenciatura ao cursar mais um ano (sistema conhecido como “esquema 3+1”) (FURLAN, 2008) e, para tanto, era apresentado os conteúdos de Sociologia Geral e Educacional. Na segunda etapa, voltada à Didática encontramos novamente a disciplina ofertada no segundo ano como, provavelmente, forma de aprofundamento, o que evidencia a importância dada ao olhar sociológico sobre a Educação. Essa padronização, seguindo a ideia da concepção normativa, colocava a Pedagogia nos dois aspectos (bacharelado e licenciatura), sendo estas formações distintas e à escolha do estudante, visto que o curso distinguia os conteúdos

---

<sup>8</sup> “[...] Regulamentado pela primeira vez, nos termos do Decreto-Lei n. 1.190/1939, foi definido como lugar de formação de “técnicos em educação”. Estes eram, à época, professores experientes que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias de estado e dos municípios” (BRITTO, 2005, p. 1).

voltados ao campo científico e ao didático. O curso de Pedagogia permaneceu nesse formato até 1961<sup>9</sup>.

Tratando sobre a presença da Sociologia na formação de professores percebe-se, no que lhe concerne, que esta não é neutra, antes traz em si ideologias de determinados grupos. De acordo com Oliveira (2013) o livro *Sociologia: Compendio Escolar para o Curso Gymnasial* (publicado em 1926, com autoria de A. Lorton), por exemplo, possuía, em seu conteúdo, um direcionamento de conduta à luz da doutrina católica, diferente de outras obras ligadas aos intelectuais escolanovistas. Podemos, grosso modo, falar de Sociologias, no plural. Para além das perspectivas teóricas (evolucionistas, positivistas, etc), temos, de um lado, o que podemos denominar de Sociologia Laica e, do outro, Sociologia Católica (ou Cristã); ainda que essas não fossem homogêneas.

Entre os anos de 1920 e 1950 se destaca a rivalidade entre as produções dos intelectuais católicos e os intelectuais laicos, visto que, diante da responsabilidade posta às escolas como ambiente de ressignificação cultural do país, viam a instituição educativa como âmbito de disseminação de ideias a partir dos livros direcionados aos cursos de Formação de Professores (OLIVEIRA, 2013; CIGALES, 2014; BODART; SOUZA, 2019).

Para o movimento escolanovista a Sociologia deveria se apresentar enquanto ferramenta teórica de renovação intelectual (OLIVEIRA, 2013), onde a escola teria a função de oferecer uma educação que servisse de arcabouço para atender as propostas de Educação visando à modernização brasileira através da valorização da Ciência. Para a *intelligentsia* vinculada à Igreja Católica o ensino de Sociologia deveria colaborar para padronizar uma organização social favorável ao desenvolvimento brasileiro a partir de uma disseminação de ideias conservadoras e afirmação de uma realidade social harmônica e de acordo com os princípios católicos (OLIVEIRA, 2013; CIGALES, 2014). Essas proposições ganharam materialização nos manuais escolares de Sociologia Educacional que norteavam a prática docente e a formação de professores.

Percebe-se que as tentativas de tornar a Sociologia parte dos currículos escolares não se constituíram enquanto um esforço realizado somente pelo movimento da *intelligentsia laica*, mas também da *intelligentsia* católica, na qual ambas defendiam, a partir dos seus interesses particulares, concepções de nação para o Brasil (OLIVEIRA, 2013), sendo as Escolas Normais e o curso de Pedagogia lugares privilegiados de difusão de suas ideias.

---

<sup>9</sup> Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - publicação original. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

Ao considerar o protagonismo que a Sociologia assume nos cenários das Reformas Educacionais, como projeto para o país, fica evidente sua presença nos cursos de Formação de Professores, sendo possível observar nesse campo algumas das produções sociológicas nacionais. Como exemplos, temos as obras *Sociologia Educacional* de Fernando de Azevedo, publicada em 1940, *Elementos de Sociologia* de Delgado de Carvalho (1ª e 2ª edição), publicada em 1950, *Lições de Sociologia Educacional* de Aquiles Archêro Junior, publicada em 1936 e *Noções de Sociologia Educacional* de Theobaldo Miranda Santos, publicada em 1947.

Para compreendermos as ideologias em disputas entre 1930 e 1950 é que passamos a examinar alguns dos manuais escolares de Sociologia Educacional publicados nesse período, o que realizaremos na seção seguinte.

### 3 SOCIOLOGIAS EM DISPUTAS: ANÁLISE DE MANUAIS ESCOLARES DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL (1930-1950)

Passamos, na presente seção, a examinar alguns dos manuais escolares de Sociologia Educacional publicados entre 1930 e 1950 (ver quadro 1) a fim de compreender as disputas presentes e, conseqüentemente, desvelar quais as sociologias estão presentes na formação dos primeiros pedagogos brasileiros.

Importa destacar que, em se tratando de ideologias, há uma imbricação entre os indivíduos e os grupos sociais dos quais estão ideologicamente ligados. A ideologia total, como destacou Mannheim (1972), reflete o espírito de época (*Zeitgeist*), que tornava possível a passagem da concepção parcial à total, ou seja, de uma consciência individual para uma (auto) consciência de grupo. É sob esse pressuposto que compreendemos a produção dos manuais, a qual sendo uma ação com aparência individual, relaciona-se ao *Zeitgeist*, mais especificamente sendo o resultado da materialização da ideologia de uma *intelligentsia* específica.

#### 3.1 O MANUAL ESCOLAR *LIÇÕES DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL* DE AQUILES ARCHÊRO JÚNIOR (1936)

O manual escolar *Lições de Sociologia Educacional*, de Aquiles Archêro Júnior, corresponde a uma das obras selecionadas para fazer parte das análises realizadas neste trabalho. Sua primeira edição é de 1936, no entanto, pela ausência de acesso, analisamos a 6ª edição da obra, publicada

em 1961. A obra é destinada aos alunos das Escolas Normais, possuindo 194 páginas, trazendo, além dos conteúdos, indicações de bibliografias para os futuros professores.

Aquiles Archêro Júnior organizou sua obra em 12 conteúdos específicos que contemplam as temáticas que envolvem a Sociologia Educacional prevista para ser ensinada nas Escolas Normais brasileiras. Cada tópico corresponde a um capítulo chamado de “Lição” o qual está voltado à temática abordada. Ao final de cada um deles, o autor traz uma parte chamada de “conclusões” na qual o mesmo apresenta 10 afirmações que sintetizam o que foi abordado. Além disso, contém também a “súmula”, uma espécie de dicionário de conceitos e termos trazidos por autores diversos que são tratados durante o texto. Por fim, tem-se os “problemas a discutir” que visa fornecer algumas premissas para subsidiar discussões e/ou reflexões finais acerca do que foi estudado. O manual produzido por Archêro Júnior é dedicado aos alunos das Escolas Normais (embora não exclusivamente a esse público), sendo dado enfoque também aos cursos de Pedagogia.

A partir da análise do conteúdo do livro percebe-se que o autor se apoia, em um primeiro momento, numa sociologia positivista para, em seguida, apresentar algumas perspectivas teóricas em voga na época, inclusive contradizentes, tais como o pensamento de Émile Durkheim e de John Dewey<sup>10</sup>. Nos chama atenção o esforço de Archêro Junior em apresentar perspectivas teóricas diferentes. A partir da lição II o autor coloca as temáticas sociais em concordância com os conceitos trazidos pelos autores Dewey, Kilpatrick, Kant, Mill e Spencer. Há também uma preocupação por parte de Archêro Júnior em relacionar a Sociologia desses autores aos de intelectuais brasileiros, demonstrando suas considerações sobre os mesmos conceitos, assim como buscando evidenciar as interpretações que os autores nacionais têm sobre as perspectivas teóricas dos intelectuais estrangeiros. À título de exemplificação, trazemos um desses esforços:

**Anísio Teixeira**, interpretando fielmente o pensamento de Dewey, diz: “quando o indivíduo sucumbe ou morre, a vida continua em outros seres, cada vez mais complexa, mais readaptada e mais perene, tendo em si mesma o segredo de sua perpetuidade. Ora, se assim é com a vida física e animal, não é menos com a vida sócia. A vida social se perpétua através da educação. O que a nutrição e a reprodução são para a vida fisiológica, a educação é para a vida social” (ARCHÊRO JR., 1961, p. 19).

Não podemos deixar de mencionar a grande exaltação que o autor faz em relação ao papel que governo deve cumprir, colocando-o enquanto preocupado pela “[...] conservação do país e do

---

<sup>10</sup> Émile Durkheim enxerga a educação como meio para o alcance de uma harmonia social. Já John Dewey verifica que a educação era um instrumento de mudança social (NASCIMENTO; FAVORETO, 2018, p. 251). Importa destacar que Dewey teve grande influência sobre o pensamento escolanovista e Durkheim sobre a Sociologia que se desenvolvia no Brasil.

povo, pela vida do lar e pelo recreio em amplo sentido” (ARCHÊRO JR., 1961, p. 22) como forma de cumprir aos interesses da coletividade.

Dentre os autores brasileiros referenciados estão àqueles alinhados a *intelligentsia* laica, sendo eles: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Delgado de Carvalho. Ao referenciar tais autores, Archêro Junior busca evidenciar a tendência da constituição de uma Sociologia específica, laica.

Percebe-se também que o autor trata das instituições religiosas e a escola como influenciadoras à “vida comunitária” (ARCHÊRO JR., 1961, p. 22), colocando em pauta a relevância das escolas possuírem professores bem preparados para a realização da ação educativa, sendo imprescindível que haja o estudo das Ciências Sociais nos currículos das Escolas Normais. Vale destacar que, por buscar apresentar uma defesa da ciência, a obra indica a relevância à formação superior para o cidadão brasileiro, seja como profissional ou como cidadão.

É importante considerar que essa Sociologia estava sendo ofertada nos cursos de formação de professores e direcionava o olhar para modelos de educação para o Brasil. Isso fica evidenciado quando são trazidas algumas menções sobre a sociedade ideal para a evolução cultural do Brasil, fazendo referências à educação inglesa, alemã e europeia em geral, as apontado como modelos para substanciar a estrutura cultural brasileira. Nesse sentido, a Sociologia presente na obra *Lições de Sociologia Educacional* possui por característica uma formação de professores a partir de interpretações geralmente positivistas da Educação e tomando como modelo ideal as experiências europeias.

Archêro Júnior (1962 [1936]), sob a perspectiva de Sociologia laica, que dizia-se fundamentar-se na cientificidade, buscou evidenciar a importância que a educação, e a escola em especial, possuem para regular a vida social dos indivíduos. Dessa maneira, as ideias de “ajustamento social” são amplamente discutidas no manual escolar, pois, para o autor o indivíduo só se integra na sociedade ao ter uma ampla participação na vida social. Para tanto, a ideia de ajustamento parte do pressuposto de que a escola, vista como instituição de grande importância para a formação do sujeito enquanto cidadão é responsável pela afirmação de tais conhecimentos.

Também é possível, diante da análise da obra, perceber a presença de influência do pensamento escolanovista, sobretudo nas ideias relacionadas ao emprego do protagonismo do discente nas tomadas de decisões da escola, no texto chamado de “autonomia dos escolares” (ARCHÊRO JR., 1961, p. 38).

A análise da obra *Lições de Sociologia Educacional* confirma a proposição de Oliveira (2013) de que os manuais eram vistos como lugar privilegiado para a difusão de ideologias, no sentido mannheimiano, que alcançassem a efetivação das propostas de educação da *intelligentsia* laica. Dessa

maneira, podemos observar, por seus aspectos, a influência de uma Sociologia laica para a formação de professores da escola primária brasileira, que estava baseada na ideia de que a educação – seguindo o modelo europeu – era o caminho para a modernização brasileira.

### 3.2 SOCIOLOGIA EDUCACIONAL DE FERNANDO DE AZEVEDO (1940)

Fernando de Azevedo, integrante da *intelligentsia* laica, foi um marcante disseminador das concepções do sociólogo francês Émile Durkheim. Em uma das suas primeiras obras, *Princípios de Sociologia* de 1935, Azevedo discorre acerca das ideias sociológicas com base nesse autor para professores e estudantes no país. O livro *Sociologia Educacional* publicado por ele em 1940 está incluso nas análises que aqui realizamos. Nesta obra Azevedo discute a intencionalidade da educação, colocando a Sociologia e a Filosofia em conjunto com os saberes da Antropologia, pois, segundo ele, a partir dessa é possível verificar as singularidades presentes na cultura e no comportamento do Homem. O manual escolar, contendo 471 páginas, é estruturado em quatro partes divididas em capítulos, nos quais são realizadas relações entre temas sociais mais gerais e a Educação em particular. Esse manual, tendo um cunho pedagógico (BODART; SOUZA, 2019), traz ao final de cada capítulo uma parte intitulada “problemas e discussões”, na qual elenca, em síntese, as principais temáticas discutidas anteriormente. A proposta da obra está em apresentar a Sociologia associada às relações estabelecidas na sociedade, dando destaque ao campo educacional, o que é realizado à luz de autores como Émile Durkheim, Auguste Comte, Jhon Dewey, Georg Simmel e Ernst Fischer.

Para Azevedo, a educação não se restringe ao ambiente educacional (escola), sendo um fenômeno que acontece no decorrer da vida humana, ou seja, entre as culturas e na convivência em sociedade. Fazendo uso de Durkheim, afirmou que a educação é um processo disseminado durante a vida dos sujeitos de geração em geração. Sob as constrações de Dewey, destacou que a educação passa por uma constante reconstrução cultural. No capítulo IV, intitulado “A natureza Sociológica do Fenômeno da Educação”, Azevedo demonstra tentar aproximar as teorias desses autores. Ao tratar sobre a vida orgânica e a vida em sociedade para demonstrar a fluidez da organização social, usa as ideias de Durkheim, compreendendo o comportamento humano como “essencialmente vivo e dinâmico” (AZEVEDO, 1940, p. 114), e é nesse ponto que o autor busca realizar um diálogo com Dewey, destacando que “uma sociedade humana está sempre começando de novo, sempre em processo de renovação e perdura só por causa da renovação” (AZEVEDO, 1940, p. 114-115). Dessa forma, Azevedo faz com que ideias de autores com origens teóricas diferentes sejam vistas de forma

complementar para dar conta de explicar os fenômenos que circundam “o processo que assegura a continuidade e o desenvolvimento da sociedade” (AZEVEDO, 1940, p. 116), o qual só acontece, na opinião do autor, através da educação.

Ao tratar o ser humano enquanto um ser social que exerce e sofre influências e está imerso no organismo que é a sociedade, o autor traz algumas considerações de autores da Filosofia (Lévy-Bruhl) e da Sociologia (G. Davy) para explicar a construção dessas individualidades e como tais características são denominadas.

A influência da política sobre a organização da escola é tratada no capítulo intitulado “Política e Educação”. Nesse ponto, Azevedo (1940), utilizando-se de colaborações de Simmel, afirma que nas civilizações democráticas, as decisões precisam ser tomadas para a garantia do direito que atendam as necessidades coletivas. Partindo desse pressuposto, relaciona a postura do governo com as condutas adotadas pela escola, pois “o regime escolar depende, como se vê, do estado social e político”. Assim sendo, “se o sistema social e político evolui para a liberdade, a escola evoluirá nesse sentido” e a educação, por sua vez, por proporcionar o “progresso do indivíduo” também faz parte de um dos instrumentos para a evolução social de uma nação (AZEVEDO, 1940, p. 400).

Segundo Azevedo (1940), a opinião pública, por ainda possuir um cunho fortemente conservador, influenciava na trajetória percorrida pela educação. Dessa maneira, considera que os rumos da educação devem transcender os “interesses dos grupos especiais” e adquirir a capacidade de, a partir de uma “consciência pública” fazer com que a maior parte possível da população se sinta assistida diante das decisões tomadas (AZEVEDO, 1940, p. 466).

Por meio da análise da obra Sociologia Educacional percebemos que a hipótese trazida por Meucci (2001), de que a *intelligentsia* laica daquele período histórico tinha a intenção de despertar na sociedade a ânsia por uma interpretação cada vez mais baseada na Ciência sobre os acontecimentos sociais e da sociedade em si, se confirma. Verifica-se, dessa forma, que os manuais de Sociologia Educacional funcionaram como veículo de disseminação dessas ideias e também como uma forma de tentativa de mudança de pensamento social para o alcance das transformações culturais da nação, sendo a escola um lócus das disputas ideológicas e, o professor em formação, o propagador dessas ideias.

### 3.3 NOÇÕES DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL DE THEOBALDO MIRANDA SANTOS (1947)

Teobaldo Miranda Santos integrou a *intelligentsia* católica brasileira, sendo, inclusive, um dos mais ativos críticos da laicização do ensino, dedicado à elaboração de manuais escolares e atuando em disputas ideológicas contra os defensores da Educação Nova (CALIXTO; QUILLICI NETO, 2014). Foi após sua conversão ao catolicismo, ocorrida durante o período em que lecionou a disciplina de História da Civilização, no Colégio Nossa Senhora, que Santos se aproximou dos debates em torno da Educação.

A obra *Noções de Sociologia Educacional*, publicada em 1947, foi direcionada aos alunos das Escolas Normais, Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia do país. Segundo os elementos pré-textuais, a obra tem por objetivo trazer explicações acerca de como os acontecimentos sociais influem no funcionamento da escola. Para tanto, o livro composto por 247 páginas é dividido em três grandes partes (compostas por capítulos) e um apêndice, o qual traz uma divisão sobre os níveis de ensino no Brasil sob um aspecto sociológico (Educação Pré-Primária, Educação Primária, Educação Supletiva, Educação Técnica, Educação Emendativa e Educação Pedagógica).

O conteúdo do manual escolar que envolve as definições sociológicas sobre a estrutura da sociedade são representados por autores da Sociologia Francesa e Alemã. Bodart e Souza (2019, p. 60) demonstraram que o autor, “mesmo se posicionando sob uma vertente católica, dialoga com Durkheim, Simmel e Dewey”. Contudo, algumas das colocações feitas por esses autores presentes na obra são criticadas por Santos, visto que contrariam as explicações do cristianismo acerca de algumas temáticas, tais como o conceito de família.

A afirmativa de Durkheim de que o “clã totêmico” é a origem da família, - a qual evoluiu, através dos períodos de matriarcado e de patriarcado, até a união monogâmica atual-, não tem fundamento histórico e etnológico. No mais primitivo estágio em que nos é permitido conhecê-la, aparece a família estável, monogâmica, unida pelos vínculos da filiação e da consanguinidade (SANTOS, 1947, p. 61)

Ficam evidentes também as afirmações acerca da importância que a Igreja Católica possui no funcionamento da sociedade. A educação, nesse ponto, é destacada no manual enquanto um lugar de exercício da igreja. O autor faz, inclusive, uma crítica às “democracias laicistas que expulsam das suas escolas a religião do Cristo” (p. 92). Assim, a Igreja e a Família devem ser soberanas na orientação da formação individual e social das crianças. A definição feita por Santos (1947) acerca da Sociologia Educacional faz críticas efêmeras à autores como Fernando de Azevedo e Delgado de Carvalho (BODART; SOUZA 2019).

A família cristã representa o tipo mais perfeito e elevado de organização familiar. O cristianismo dignificou e espiritualizou ainda mais a família. Proibiu a poligamia. Fez desaparecer a autoridade absoluta do pai. Deu à mulher uma posição idêntica à do homem

dentro do lar. [...] Tornou, portanto, a família uma instituição sagrada, inviolável e indissolúvel (SANTOS, 1947, p. 62).

A análise do manual de Theobaldo Miranda Santos evidencia que as ideias católicas são colocadas no manual em meio aos temas sociológicos abordados. O manual escolar de Santos explicita a preocupação com a didática da escrita e também com a disputa ideológica travada entre a *intelligentsia* laica e a *intelligentsia* católica que ele representava. O certo é que ambos os grupos, à sua maneira, compreendiam a educação como importante instrumento de disseminação do que Mannheim denominou de ideologias gerais (ou totais). Se por um lado, os representantes católicos visavam garantir a manutenção dos seus dogmas em meio à modernização, por outro, os escolanovistas enxergavam a Educação como um instrumento de desenvolvimento do país (BODART; SOUZA, 2019). O manual escolar de Theobaldo Miranda Santos ao considerar a Sociologia Educacional como área de estudo que melhor relaciona a natureza da realidade social à realidade pedagógica, afirma ser imprescindível a sua presença nos cursos de formação de professores do país, visto que seria através do contato com os saberes sociológicos católicos que os professores assumiriam a função de educadores e cumpridores de sua missão espiritual.

### 3.4 ELEMENTOS DE SOCIOLOGIA EDUCACIONAL DE DELGADO DE CARVALHO (1950)

Delgado de Carvalho pertenceu à *intelligentsia* laica, sua obra selecionada para a análise neste texto é *Elementos de Sociologia Educacional*, com um total de 125 páginas, foi publicado pela Companhia Editora Nacional no ano de 1950. O livro teve seu conteúdo direcionado para os cursos das Escolas Normais do país e buscava seguir o Programa Nacional do Instituto de Educação da Capital Federal da época.

Na obra constata-se a forte afirmação do autor quanto a importância da disciplina de Sociologia da Educação já que, segundo ele, não é possível compreender os aspectos sociais dentro da escola por outra via que não entendendo de fato como se comportam os grupos sociais. O manual escolar de Carvalho (1950) é dividido em cinco unidades, no qual o autor estipula um cronograma baseado no tempo previsto para que cada assunto seja abordado em sala de aula.

Tendo em vista as ideias trazidas no texto sobre as diferentes concepções de grupo, Carvalho traz contribuições de intelectuais do âmbito da Psicologia (Armand Cuvillier), Filosofia (John Fiske) e também da Sociologia Educacional (René Maunier e Charles Horton Cooley). Além disso,

nota-se algumas menções feitas pelo autor às ideias oriundas da Sociologia Francesa de Durkheim ao tratar sobre “solidariedade” e “divisão social do trabalho”.

Outro aspecto amplamente discutido no manual é a relação de poder existente entre a cultura e a religião, entrelaçadas, inclusive, na definição de comportamentos que são reforçados pelos preceitos religiosos e que foram culturalmente difundidos ao longo do tempo. Para o autor,

Constitui *Religião* o reconhecimento de um poder (ou de poderes) independente do Homem ao qual se acha ligado por um *sentimento de dependência* e com o qual (ou os quais) sente necessidade de entrar em relações. Este poder superior transcendente é tido como mais ou menos pessoal (CARVALHO, 1950, p. 35).

Semelhante ao que verificamos nos demais manuais aqui selecionados, o controle social é uma das temáticas a que Carvalho dedica atenção em seu livro. Sobre isso, o autor reconhece como os diferentes grupos sociais “Família, Escola, Arte, Comunidade, Opinião Pública, Profissão e a Religião” (CARVALHO, 1950, p. 37) influenciam nos comportamentos individuais, tornando-os cada vez mais subordinados aos interesses coletivos.

No que diz respeito ao processo educativo, o autor faz grande uso das ideias de John Dewey, Edward Lee Thorndike e de Emory Stephen Bogardus (ao tratar sobre a divisão das classes infantis) no qual define a importância da educação na vida das crianças e dos jovens, visto que a apropriação por parte dos conhecimentos culturais e científicos direciona ao lugar que este sujeito ocupará na sociedade e com quais grupos irá se relacionar. Além disso, vale ressaltar a menção feita ao autor Theobaldo Miranda Santos ao tratar sobre a responsabilidade que a educação infantil possui; indo para além das obrigações de alfabetizar, mas a de inserir a criança na vida social. Isso demonstra o diálogo existente, quando as ideias estão em concordância entre as *intelligentsia* presentes no cenário da época.

A análise também permite identificar alguns direcionamentos feitos pelo autor acerca das áreas mais relevantes para nortear o trabalho com as crianças, pois, como já dito anteriormente, este foi um livro destinado ao Curso Normal, ou seja, é necessário que o conhecimento oferecido propiciasse arcabouço teórico importantes à formação dos professores. Assim, o livro é composto por uma seção chamada “Valor dos Conhecimentos”, onde é abordada a importância que cada área do conhecimento possui, bem como quais aspectos podem ser extraídos das mesmas, tais como: valores culturais, valores educacionais, método global de ensino, noções de História, Geografia, Matemática, estudo da linguagem e o ensino cívico (CARVALHO, 1950, p. 48-52).

Nota-se a ênfase dada por Carvalho (1950) na utilização de saberes científicos para fundamentar o trabalho em todas essas áreas. Ao tratar sobre a família, por exemplo, o autor apresenta a evolução da sociedade, demonstrando características da função educativa da família nos

tempos passados e como essas transformações repercutem no comportamento familiar. Ainda sobre a temática família, o lugar da criança é muito bem definido no texto, protagonizando seu espaço enquanto um resultado das interações que a mesma vivencia em casa e com a comunidade educativa.

Ao tratar da Igreja Católica, o autor deixa clara a posição do Brasil como um país laico e que o Estado não pode, por imposição, obrigar os alunos ao convívio diário com a doutrina católica. No entanto, não deixa de reconhecer a necessidade, em detrimento da cultura religiosa adotada pela maioria dos brasileiros, das escolas tornarem facultativo o acesso aos dogmas católicos.

Confirmando o posicionamento de Delgado de Carvalho em promover uma Sociologia Laica e com bases firmadas na valorização do saber científico, é possível, através da análise do manual em questão, compreender como o autor defendia o alcance do progresso nacional através da ciência (VALE, 2009).

O manual escolar de Delgado (1950) demonstra que a Sociologia da Educação é uma área da Ciência que tem por objetivo destacar as complexidades existentes no interior das sociedades. No contexto da disseminação de ideias, o contexto escolar possui papel fundamental no direcionamento dado aos sujeitos. Por essa razão, segundo Delgado (1950) a formação é o momento de preparar o sujeito não só para ensinar os conteúdos escolares, mas também para observar e refletir acerca dos fatos sociais e é nesse contexto que a presença da Sociologia Educacional laica parece ser apontada como imprescindível para a formação desses sujeitos.

Observando a atuação dos autores dos manuais aqui analisados identificamos uma combinação entre a formação de uma geração de intérpretes que buscaram articular o campo, agenda do debate, e a ação política, reverberando suas teses e interpretações do mundo social como ideologia. Dito isto, compreender a história da formação dos professores primários, o currículo da Escola Normal e dos cursos de Pedagogia, demanda explorar as disputas ideológicas postas em cada momento histórico. No caso do recorte temporal deste trabalho, observar a atuação das duas *intelligentsia* - intelectuais católicos e intelectuais laicos – na produção de manuais escolares se mostrou frutífero para compreendermos parte da História do Brasil.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo ao realizar uma pesquisa histórica, exploratória e descritiva evidenciou a maneira em como duas *intelligentsia* - intelectuais católicos e intelectuais laicos – em disputa na primeira metade do século XX buscaram se apropriar do currículo escolar para a formação de professores

para transmitir suas ideologias gerais, sendo a produção de manuais escolares de Sociologia da Educação uma de suas estratégias.

Observando o currículo de formação de professores do ensino primário das Escolas Normais e dos cursos de Pedagogia notamos a centralidade da disciplina Sociologia, especialmente da Sociologia da Educação. Por esse motivo, tanto intelectuais católicos quanto intelectuais escolanovistas, estiveram envolvidos na produção de manuais escolares para essa disciplina, tornando-a um *locus* de disputas ideológicas.

Esta pesquisa corrobora para compreendermos parte das disputas ideológicas que visavam o projeto de Educação nacional em um período efervescente da História do Brasil, no qual o sistema educacional passou a ser apontado como instrumento para a modernização e desenvolvimento do país.

Os autores dos manuais integrantes de *intelligentsia* laica apresentam uma proposta de formação de professores fundada exclusivamente na cientificidade, utilizando-se em seus argumentos, principalmente, autores da Sociologia positivista. Nota-se também um importante diálogo com a Psicologia da Educação americana e com autores nacionais.

Observando o manual escolar produzido por Theobaldo Miranda Santos, representante da *intelligentsia* católica, notamos que em muitos momentos apresenta as ideias de sociólogos positivistas. Porém, para isso, apresenta ferreamente sua discórdia nos pontos que as ideias desses autores vão de encontro com os princípios da Igreja Católica, principalmente quando os temas são escola e família. De modo geral, os manuais laicistas propõem explicações tidas como científicas dos fenômenos e relações sociais, enquanto que os manuais escolares católicos – a despeito de fazer uso dos conceitos de autores clássicos da Sociologia – colocam a moral cristã como a forma adequada de se comportar em sociedade e entender os fenômenos sociais.

Esta pesquisa evidencia que a formação de professores primários no Brasil da primeira metade do século XX foi marcada por disputas ideológicas que certamente afetaram os rumos dos cursos de Pedagogia, sejam esses posteriormente ofertados pelo Estado ou por instituições religiosas, tais como as Pontifícias Católicas. Este trabalho coloca em evidência a necessidade de futuras pesquisas que venham a investigar o alcance dessas obras e seus públicos efetivos. Uma Sociologia da Educação que se volte às práticas docentes da primeira metade do século XX e que investigue as apropriações dos manuais nos parece urgente e necessário para que as disputas e suas implicações fiquem mais aparentes, o que nos permitirá compreender melhor a história da formação dos professores primários brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de; *et al.* *Manifesto dos pioneiros da educação nova*. 1932. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 07 de set. de 2019.

AZEVEDO, Fernando. *Sociologia educacional*. Companhia Editora Nacional, v. 19, São Paulo-SP, 1940.

BRASIL. *Diário Oficial da União*. Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 de set. de 2019.

\_\_\_\_\_. *Diário Oficial da União*. Seção 1, decreto-lei nº 1.190, de 6 de abril de 1939, p. 7929, 1939.

\_\_\_\_\_. *Congresso Nacional*. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 de novembro de 2019.

CARVALHO, Delgado. *Elementos de Sociologia Educacional*. Companhia Editora Nacional, São Paulo-SP, 1950.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. *História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade*. Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.

BODART, Cristiano das Neves; MARCHIORI, Cassiane da C. Ramos. Fundamentos do ensino de sociologia católica em uma escola normalista pública em 1935. *Cadernos Eletrônicos de Ciências Sociais*, v.3, n. 2, 2015.

\_\_\_\_\_. Fragmentos de sociologia pré-acadêmica no ensino normalista de 1935. *Em Debate*, n. 13, 2015.

\_\_\_\_\_. SOUZA, Ewerton. *Os manuais de sociologia educacional nos anos de 1940: contexto de produção, autores, estruturas didáticas e perspectivas teóricas*. *Em Tese*, Florianópolis, v. 16, n. 01, p. 40-67, jan./jun., 2019.

BRITO, Rosa Mendonça de. Breve Histórico do Curso de Pedagogia no Brasil. *Dialogica. Revista eletrônica da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas-FACED*, v.1, n.1, 2006.

CALIXTO, Jaqueline Andrade; QUILLICI NETO, Armindo. Theobaldo Miranda Santos e suas Contribuições para a História da Educação Brasileira (1942-1946). *Congresso Internacional de História: Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas*. 2014. Jataí-GO. Disponível em:

[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(122\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(122).pdf). Acesso em 06 de novembro de 2019.

CAVAZOTTI, M. *O manual didático de Sociologia e Sociologia Educacional: instrumento de formação didática do professor (1923-1946)*. Revista HISTEDBR On-line, v. 1, p. 01-05, 2010.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. *A sociologia educacional no Brasil (1946-1971): Análise sobre uma instituição de ensino católica*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

FURLAN, Cacilda Mendes Andrade. *História do Curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005*. Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina/PR, 2008. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/164\\_885.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/164_885.pdf)>. Acesso em: 09 de setembro de 2019.

GUMIERO, Rafael Gonçalves; ZAMBELO, Aline Vanessa. A educação como eixo da modernização do Brasil nos anos 1930: a disputa entre Nacionalistas, Igreja Católica e Escola Nova. *Em Tese (UFSC)*, v. 14, n. 1, p. 63-81, 2017.

JÚNIOR, Aquiles Archêro. *Lições de Sociologia Educacional*. Edições e Publicações Brasil, 6ª edição, São Paulo-SP, 1961.

MAGALHÃES, J. Um apontamento para a história do manual escolar entre a produção e a representação. In: R. Vieira de Castro, A. Rodrigues, J. Silva, M. Sousa (org.). *Manuais Escolares – Estatuto, Funções, História*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho, p. 279-301, 1999.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MANNHEIM, Karl. O problema do intelectual. In: FORACCHI, M. (org.) *Mannheim*. São Paulo: Ética, 1982. (Grandes Cientistas Sociais: 25).

MAZUCATO, Thiago. Ideologia e utopia em karl mannheim. *Revista sem Aspas*, v. 2, n. 1/2, p. 187-195, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/viewFile/6934/4994>>. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

NASCIMENTO, L; FAVORETO, A. Émile Durkheim, John Dewey e Antônio Gramsci: em debate a teoria da educação transformadora. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 56, n. 49, p. 250-273, jul./set. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14010/10714>>. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

NÓBREGA, P. Escola Normal, Ciência e Nacionalidade na Primeira República. In: SCHEIBE, L.; DAROS, M. D. *Formação de professores em Santa Catarina*. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

OLIVEIRA, Amurabi. *Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica*. Acta Scientiarum. Education, v. 35, n. 2, p. 179-189, Maringá- PR, 2013.

SANTOS, Theobaldo Miranda. *Noções de Sociologia Educacional*. Companhia Editora Nacional, 6ª edição, v. 4, São Paulo-SP, 1958.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia e Formação de Professores no Brasil: Vicissitudes dos Dois Últimos Séculos*. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). *Pedagogia Histórico Crítica*. 30 anos. Campinas: Autores Associados, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena M. B. COSTA, Vanda M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SOUZA, Márcia. *Anísio Teixeira e a educação brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública, 1924–64*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia- Minas Gerais, 2018.

VALE, Nayara. Delgado de Carvalho e a História: trajetória e atuação de um “pardal de Clio” no campo intelectual do Rio de Janeiro (1931-1955). *ANPUH – XXV Simpósio Nacional De História* – Fortaleza, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista, EDUSF, 2001.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Primeiros cursos de Pedagogia no Brasil (1931 a 1950).

Instituição	Sigla	Início de funcionamento	Data de criação	Situação atual
Universidade Federal do Rio de Janeiro*	UFRJ	11/04/1931	11/04/1931	Em Atividade
Universidade de São Paulo	USP	25/01/1934	03/09/1934	Em Atividade
Universidade Santa Úrsula****	USU	28/09/1939	28/03/1939	Em Extinção
Universidade Santa Úrsula****	USU	28/09/1939	28/03/1939	Em Atividade
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-RIO	01/03/1941	03/11/1940	Em Atividade
Faculdade Frassinetti do Recife	FAFIRE	13/03/1941	05/11/1940	Em Atividade
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUCSP	05/05/1971	18/12/1940	Em Extinção
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC-CAMPINAS	02/03/1942	21/11/1941	Em Atividade
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	01/03/1942	19/06/1942	Em Atividade
Universidade Federal da Bahia	UFBA	05/03/1941	20/10/1942	Em Atividade
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC MINAS	21/01/1943	14/01/1943	Em Atividade
Universidade Católica de Pernambuco**	UNICAP	01/03/1950	31/03/1943	Em Atividade
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	01/03/1944	19/12/1944	Em Atividade
Universidade Estadual do Ceará***	UECE	22/04/1947	22/04/1947	Em Atividade
Universidade Federal Fluminense	UFF	24/04/1947	07/05/1947	Em Atividade
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	01/03/1943	19/07/1947	Em Atividade
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC GOIÁS	22/05/1952	14/01/1949	Em Atividade
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	08/05/1950	08/05/1950	Em Atividade

**Notas:** \*Antiga Universidade do Distrito Federal; \*\*Antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manuel da Nóbrega; \*\*\* Criada em 1975, a partir de institutos de ensino superior isolados que existiam em várias regiões do estado do Ceará, \*\*\*\*. O curso da Universidade Santa Úrsula se repete por ter sido fechado e em seguida aberto com reformulações.

**Fonte:** e-MEC (2019).

### Anexo 2 - Distribuição das disciplinas do curso de Pedagogia, 1939.

1ª série	2ª série	3ª série	Curso de Didática
Complementos de Matemática; História da Filosofia; <b>Sociologia;</b> Fundamentos biológicos da Educação e; Psicologia educacional.	Estatística educacional; História da educação; <b>Fundamentos sociológicos da Educação;</b> Psicologia educacional e; Administração escolar.	História da Educação; Psicologia educacional; Administração escolar; Educação comparada e; Filosofia da educação.	Didática geral; Didática especial; Psicologia educacional; Administração escolar; Fundamentos biológicos da educação e; <b>Fundamentos sociológicos da educação.</b>

Fonte: Decreto-Lei nº 1190, de 1939.

### Anexo 3 – Breve biografia dos autores dos manuais analisados no presente artigo.

Nome	Nascimento	Formação	Breve biografia
Archêro Júnior	Montevideú (Uruguai), em 5 de junho de 1907	Filosofia pela Universidade de São Paulo (1937). Direito pela Universidade Federal Fluminense (1941).	Naturalizou-se brasileiro ainda muito jovem. Em sua trajetória, realizou sua educação básica em uma escola normal em Itapetinga (São Paulo) Archêro Júnior cultivou durante toda a sua vida, principalmente no âmbito da educação, visto que publicou um total de 22 duas obras, dentre elas, a citada neste trabalho (Lições de Sociologia Educacional). (MORAES, 2011).
Fernando de Azevedo	São Gonçalo do Sapucaí, em Minas Gerais, em 2 de abril de 1894	Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo	Após concluir seu ensino básico em um colégio interno jesuítico, ingressou em um seminário. Neste, Azevedo teve a oportunidade de lecionar pela primeira vez como professor substituto, tendo sido esta a primeira ocasião no qual atuou no magistério (BODART e SOUZA, 2019). No entanto, apesar de sua formação, sempre esteve presente no cenário educacional, quando na década de 1920 fez parte do movimento de renovadores da educação e lançou uma proposta de reforma do ensino no Distrito Federal (ALMEIDA; CIMINO, 2012). Diante do cenário político do Brasil marcado pela Revolução Constitucionalista em São Paulo e pelo governo de Vargas, Fernando de Azevedo foi convidado a contribuir com a escrita do primeiro Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, quando também auxiliou na inauguração da Universidade de São Paulo, em 1933. Durante toda sua trajetória Azevedo fez-se presente na área da Educação, tendo como enfoque a Sociologia. Por sua formação superior, seu engajamento político e por seus escritos – como demonstraremos – inferimos que Azevedo estava integrado a <i>intelligentsia</i> laica. No Brasil, Fernando de Azevedo foi um marcante disseminador das concepções do sociólogo francês Émile Durkheim. Em uma das suas primeiras obras, <i>Princípios de Sociologia</i> de 1935, Azevedo discorre acerca das ideias sociológicas com base nesse autor para professores e estudantes no país.
Teobaldo Miranda Santos	Campos, no Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1904.	Odontologia e Farmácia no Colégio Grambery	Cursou a escola básica na Escola Normal Oficial. Sua vida na docência teve início logo em seguida, lecionando história natural na escola Superior de Agricultura e Veterinária e na Faculdade de Farmácia e Odontologia.
Delgado de Carvalho	Paris, em 4 de novembro de 1884.	Letras pela Universidade de Lyon Curso de Direito da Universidade de Lausanne, na Suíça Ciências Sociais na <i>École Libre des Sciences</i>	Por sua família ocupar um lugar privilegiado na sociedade, teve uma formação humanística desde muito novo, tendo estudado em escolas de elite da França. Em 1905, Carvalho chegou ao Brasil com o objetivo de escrever sua tese de doutorado do Curso de Diplomática da Escola de Ciências Políticas. Somente em 1906, Carvalho se fixou no Brasil, tendo assumindo o cargo de escritor no Jornal do Comércio. Nesse período, ainda escrevia em francês e seus textos eram traduzidos por outros integrantes do jornal (ANDRADE, 2013). Em meados de 1920, diante do cenário de expectativa para o desenvolvimento do país, Carvalho sendo uma figura intelectual já estabelecida no Brasil, esteve cada vez mais preocupado com os rumos que a educação estava tomando. Assim, em 1924, Carvalho aceitou o convite para participar da Associação

		<i>Politiques</i> de Paris (ANDRADE, 2013)	Brasileira de Educação (ABE), auxiliando na institucionalização “dos problemas da escolarização em âmbito nacional” (VALE, 2009, p. 3). Entre os anos de 1920 e 1930 Carvalho esteve cada vez mais presente no cenário educacional do país. Ocupou o cargo de professor substituto de inglês da escola Pedro II e, em 1927, tornou-se diretor dessa mesma escola diante da provação do atual Ministro da Educação Francisco Campos. Os anos de 1937 e 1939, diante das Reformas de Gustavo Capanema, foram marcados pela criação da Universidade do Brasil e extinção da Universidade do Distrito Federal. Capanema atuou nessas Universidades e, além disso, compôs a Primeira Comissão Nacional do Livro Didático fundada em 1938. Delgado de Carvalho dava certo enfoque a área de história, visto que acreditava ser essa uma forma de “demonstrar o progresso humano em todos os sentidos e de forma supranacional” (VALLE, 2009, p. 6).
--	--	--	---

**Fontes:** Valle (2009), Moraes (2011), Almeida e Cimino (2012), Andrade (2013), Bodart e Souza (2019).

Recebido em: 25/10/2019

Aceito em: 26/12/2019

#### COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

SILVA, Elizandra Cristina Rodrigues da; BODART, Cristiano das Neves. A formação de professores primários e as disputas ideológicas em manuais escolares de Sociologia da Educação (1930-1950). *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. CABECS, v.3, n. 2, p.48-72, 2019.